

estado

Governo vai rever salários na função pública



Hélder Rosalino, secretário de Estado da Administração Pública

O secretário de Estado da Administração Pública revelou que está a ser preparada uma revisão das tabelas salariais dos funcionários públicos até ao final de 2012. O objectivo deverá passar sempre por onerar menos o Estado, mas pode envolver um aumento dos salários dos quadros superiores.

Hélder Rosalino, citado pela Lusa, falava durante seminário "A Europa e as administrações em tempos de crise", organizado pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE). O governante referiu que a revisão dos salários está previsto no Memorando de Entendimento negociado com a *troika*.

Como pode ser feita esta revisão? Luís Fábica, especialista em Administração Pública, antecipa um aumento do leque salarial. "É provável que o Governo queira aumentar os salários dos quadros superiores e congelar as remunera-

ções mais baixas, aproximando a tabela do sector privado", avança.

Tal como foi sublinhado pela *troika* no final da última missão de avaliação, Portugal tem de reduzir drasticamente a despesa com pessoal. Uma rubrica influenciada não só pelos salários, como pelo número de trabalhadores. O corte dos subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos em 2012 e 2013 opera uma redução pela primeira via. No entanto, o Governo continua a garantir que a medida é temporária e aposta numa redução do número de efectivos a que está obrigado pela *troika* (2% ao ano).

"Temos de assumir a necessidade de efectuar uma redução do número de funcionários públicos e terão de ser desenhados instrumentos que permitam avançar com este objectivo", acrescentou Hélder Rosalino. "Esta redução de efectivos será a única forma de

acomodar a redução de custos com pessoal no Estado que não seja baseada numa redução salarial."

O instrumento mais vezes referido para executar esta contracção são as rescisões amigáveis. Um mecanismo que já está previsto na Lei, mas que falta regulamentar. Porém, a maioria dos especialistas concorda que esta medida terá um impacto muito reduzido no número de efectivos. Com um desemprego recorde e empresas mais próximas de despedir do que de contratar, poucos serão os que estarão disponíveis para abandonar a segurança do emprego no Estado. N. A.

PONTO FINAL Qualquer que seja a medida, o objectivo é o Estado gastar menos dinheiro com os salários dos funcionários públicos